

## A TERRA ÍNDIGENA DO GUARITA -RS E O SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO

FERNANDA WISNIEWSKI\*

### OS ALDEAMENTOS INDIGENAS NO RIO GRANDE DO SUL.

A formação da Terra Indígena do Guarita, acompanha o processo de formação de outros territórios destinados aos indígenas no Rio Grande do Sul do século XIX, sua constituição vai acompanhar a política proposta pela Província, motivada pela promulgação do Regulamento acerca das missões e catequese dos Índios, onde o problema indígena torna-se responsabilidade dos governos locais. Cada Província do Império vai tratar a questão a sua maneira, e o Rio Grande do Sul, ao menos teoricamente, vai tratar seus indígenas, de acordo com as matrizes do pensamento positivista, que pretendia integrá-los a sociedade nacional, como veremos a seguir.

Sabe-se que não existia no Brasil o que se pode chamar de uma política específica em relação aos índios até 1845. Havia medidas aplicadas desde o período colonial, e que eram atualizadas de acordo com a necessidade do momento e da situação. As medidas eram paliativas para problemas recorrentes e que vinham se arrastando desde o período colonial. Como veremos adiante, contudo, enquanto na época colonial a grande questão que envolvia o tratamento dispensado em relação aos índios dizia respeito à utilização da sua mão de obra, à medida que avançamos no tempo, o interesse passa a se deslocar para suas terras.

O “*Regulamento acerca das missões e catequese dos índios*” datado de 1840 é o primeiro documento direcionado exclusivamente ao tratamento das questões indígenas no Brasil. Bastante detalhado para o período, procurando abranger várias questões

---

\* Mestranda em História pelo Programa da Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista CAPES.

relacionadas ao “problema” indígena, ele moderniza algumas práticas já utilizadas há muito para lidar com o “problema” dos índios nos sertões. Segundo John Manuel Monteiro o decreto,

*... depositava amplos poderes nas mãos dos diretores, que encaravam a dupla missão de dar conta dos índios já aldeados e de “chamar à Religião e à Sociedade” os índios “errantes”. Se essa última tarefa contava com a ajuda de missionários (Art. 6<sup>o</sup>), não se pode deixar de notar o papel reservado aos militares na condução da política indigenista: “Enquanto servirem terão a graduação honorária, o Diretor Geral de Brigadeiro, o Diretor da Aldeia de Tenente Coronel, e o Tesoureiro de Capitão; e usarão do uniforme, que se acha estabelecido para o Estado Maior do Exército (Art. 11). (MONTEIRO, 2001: 125)*

No Rio Grande do Sul as autoridades vão optar por uma política mais “branda”, ao menos na teoria. Foram utilizados métodos de aldeamento, controlados pelo governo, com o auxílio de missionários que tinham a tarefa de “catequizar e civilizar os índios”. Esses aldeamentos vão ser empregados com maior frequência no planalto, região que apresentava maior concentração de indígenas e mais terras disponíveis para serem distribuídas entre os imigrantes que chegavam à Província.

Devemos aqui lembrar que as discussões sobre o papel e o lugar das sociedades indígenas dentro da sociedade nacional não deixavam de se articular ao tema da imigração, sendo que alguns setores da sociedade nacional advogavam que a mão-de-obra europeia assim introduzida no país, poderia substituir o trabalho escravo. Outros, por seu turno, entre os quais os adeptos do positivismo, entendiam que os indígenas, devidamente, estariam aptos para suprir as necessidades neste sentido.

Em meados do século XIX, o território do planalto do atual Rio Grande do Sul tinha uma população esparsa, de forma que não havia aí grande conflitividade envolvendo a disputa por terra. Mas, com a política imperial de incentivo a imigração de colonos europeus, as áreas que eram ocupadas pelas populações indígenas e locais começam a ser objeto de cobiça.

A política de imigração no Estado do Rio Grande do Sul no século XIX se dá em dois momentos: 1824 quando chegam os primeiros alemães à colônia de São Leopoldo.

e a partir 1860, quando chegam mais colonos oriundos de diversas partes da Europa. Estes últimos se dispersam por todo o território rio-grandense. E é este segundo momento que nos interessa mais de perto. Segundo Corrêa,

*Pela cronologia do Império, os últimos imigrantes a entrar em número expressivo na província foram os italianos. Já é notório que nessa corrente migratória encontravam-se imiscuídos outros grupos. Muitos belgas, holandeses e suíços chegaram conjuntamente com os alemães e, posteriormente com os italianos. (CORREA, 2006: 26)*

A necessidade de ampliar a área de colonização levou os governantes a enviar imigrantes para o planalto. Para tanto, havia, a necessidade de ligar as novas áreas de colonização à Porto Alegre por meio da construção de estradas como a que ligava as colônias de Mundo Novo à São Leopoldo, ou a que ligaria Passo do Pontão à Picada Feliz. As novas estradas cruzariam pelos territórios indígenas, obrigando os governantes a repensarem as suas políticas quanto aos territórios que eles ocupavam.

As estradas serviram para acelerar a desocupação do território para o ‘desenvolvimento’ da Província” Ao tratar deste tema, Ramos assinala a fuga das populações indígenas cada vez mais para o interior das matas na tentativa de manter um modo de vida tradicional (2006: 41). Mas nem sempre havia onde se refugiar e, muitas vezes, os índios eram conduzidos aos aldeamentos oficiais da província.

Aldeamentos tal como entendemos aqui, são aqueles espaços em que o governo tem uma influência direta, através de representantes como Oficiais da Guarda, padres, agentes do próprio governo. Além disso, era de responsabilidade do Estado a sua manutenção através do fornecimento de suprimentos alimentícios, bem como roupas e ferramentas de trabalho. Encontramos em Cíntia Rodrigues uma idéia que sintetiza a situação do Kaingang do RS, mais especificamente do norte do Estado, no século XIX:

*Havia um número expressivo de indígenas na região norte do Estado em meados do século XIX. Estes impediam o avanço da sociedade nacional, principalmente na região onde habitavam. Quanto à denominação dos indígenas, em finais do século XIX, estes são chamados de Kaingang, que identificavam as populações indígenas que não eram Tupi-guaranis. O objetivo da estruturação de aldeamentos para os indígenas se relacionava ao Projeto Colonizador do Rio Grande do Sul, sendo que o discurso da política de aldeamentos era integrar o índio a “civilização”. (RODRIGUES, 2007:3 )*

As políticas de aldeamento iniciam oficialmente na província em 1846, com o deslocamento de praças, padres e de um intendente responsável pelo primeiro aldeamento, todos vindos da cidade de Cruz Alta. Segundo Nonnemacher, neste mesmo ano,

*... o Presidente da Província expediu uma ordem ao Tenente Coronel Antonio Maria, então comandante militar de Cruz Alta para que prestasse auxílio com uma escolta para acompanhar o Padre Penteado e este pudesse então, levar as primeiras luzes do cristianismo aos toldos dos índios que estavam nas imediações de Passo Fundo. Mais de 4.000 índios se apresentaram ao padre. (...) Assim em 1846, tem início a política oficial, e era preciso que se procedesse com cautela para atraí-los. No entanto, como vimos anteriormente (1851), eles eram chamados de “ordinários” e “indolentes”, por não se dedicarem ao trabalho e nem reconhecerem as vantagens da civilização (NONNEMACHER 2000: 31).*

Percebemos que as concepções acerca dos indígenas eram aqui similares aquelas de outras partes do Império, colocando-os numa posição de nítida inferioridade, em que pese a já referida compreensão do positivismo sobre eles. Num discurso muito similar ao que era proferido pelas autoridades coloniais, falava-se que era imperativo que eles fossem orientados sob as “luzes da sociedade civilizada”. A isso se acrescentava, agora, ponderações para que fossem integrados ao mundo do trabalho.

*Um dos propósitos do aldeamento era exatamente o de fazer com que o índio Kaingang se empregasse na agricultura, para suprir seu sustento e mais tarde serem utilizados como mão-de-obra barata para o governo, tanto na abertura de estradas quanto na construção de pontes. Outra proposta do governo da província era reunir em Nonoai os índios das tribos Coroada (Kaingang), que viviam em Vacaria, Pontão e Campo do Meio. A idéia não vingou em razão das rivalidades existentes entre as tribos e seus caciques. Como já vimos outro fator que contribuiu para que não se concretizasse esse propósito, é a presença do branco que, constantemente instigava os índios, uns contra os outros, como também incutiam-lhes a idéia de que o governo queria reuni-los e depois matá-los (NONNEMACHER, 2000: 58).*

Os aldeamentos foram uma alternativa engenhosa do governo para acalmar os ânimos dos colonos que, aos poucos, se estabeleciam no planalto. De fato os coroados, bugres ou kaingangs como eram chamados, despertavam o medo dos colonos. Alguns grupos realizavam pequenos assaltos aos ranchos, e o enfrentamento era sempre violento, de ambas as partes, o que às vezes vinha resultar em mortos e feridos.

*A presença Kaingang, representada pelas tribos do Guarita, Nonoai e Inhacorá no Alto Rio Uruguai, pode ser seguida através de dados demográficos, ainda descontínuos, até o presente. Nessa área, porém, o*

*contato com o elemento luso-espanhol não registra os choques que caracterizam a fricção humana da área de colonização alemã. Referimo-nos ao revide indígena em decorrência do desalojamento oficializado de duas áreas ocupacionais, as denominadas “terras devolutas”, que passam a constituir as colônias oficiais ou mesmo particulares (BECKER, 1976: 51).*

Para facilitar a tarefa a que se propunha, o governo utilizou-se dos toldos indígenas que já existiam em quantidade significativa naquela região do Estado. O primeiro aldeamento foi o de Nonoai, localizado na margem direita do Rio Uruguai, mais precisamente entre os Rios Peperi-Guaçu e Canoas<sup>1</sup> (BECKER, 1976, p.49). Os índios ali aldeados eram vindos de outros lugares. Haviam fugido do contato com o branco e buscaram estabelecerem-se aí ainda no século anterior. Como primeiro povoamento “oficial” do governo, Nonoai passou a receber índios de toda a região, tornando-se um grande centro de povoações indígenas, abrigando inclusive tribos rivais. Esta situação teria importantes conseqüências.

Posteriormente, os encarregados de implantar os aldeamentos<sup>2</sup> avançam no planalto gaúcho rumo ao de Alto Uruguai onde encontraram um campo com outro aldeamento kaingang chamado de Guarita que era chefiado pelo velho Cacique Fongue. A “tolderia” reunia vários toldos, isto é, aldeias já existentes, mas não oficiais. É importante ressaltar que os toldos possuíam uma dinâmica social bastante diferenciada dos aldeamentos governamentais envolvendo, por exemplo, o deslocamento dos índios pelo seu território em busca de fontes confiáveis de água e comida. Em 1848, o Campo do Guarita também se torna aldeamento oficial do governo, mas de duração efêmera De acordo com o princípio de mobilidade kaingang, parte do grupo migra para um campo próximo chamado Inhacorá dando início a mais um toldo que levará este mesmo nome. O Inhacorá, posteriormente vai também se transformar em aldeamento oficial do governo. Tais iniciativas possibilitam que essa área do Alto Rio Uruguai fosse amplamente dominada pela presença indígena. seja considerando aqueles grupos ainda

---

<sup>1</sup>“Neste sentido, os grandes rios como Jacuí, Cai, Sinos, Taquari, Passo Fundo, Várzea, Uruguai, entre outros, eram utilizados para delimitar as fronteiras territoriais entre os grupos kaingangues. Os rios menores serviam para estabelecer os domínios fronteiriços de cada subterritório, por sua vez, ocupados pelas diversas facções kaingangues” (LAROQUE, 2009. In: GOLIN; BOEIRA, 2009: 81).

<sup>2</sup>Devemos lembrar que, de fato, o governo oficializou parte dos toldos que já estavam assentados e que haviam sido contatados e mapeados pelo trabalho do agrimensor e engenheiro belga Pierre François Alphonse Booth Mabilde, contratado pelo governo do estado para a construção de estradas que favoreceriam o deslocamento na Província do Rio Grande do Sul.

livres da ação do governo, vivendo em toldos, ou na condição de aldeamentos oficiais de acordo com as imposições governamentais para o seu estabelecimento e manutenção de vida social.

*Com o estabelecimento de Fongue no Inhacorá, o quadrilátero formado pelos rios Uruguai ao norte, Ijuí a oeste, Passo Fundo a leste e o município de Cruz Alta ao sul, é totalmente área de dominação Kaingang muito antes, pois, de quaisquer períodos de colonização (BECKER, 1976: 49).*

A fundação de novos aldeamentos posteriores a Nonoai pouco vai adiantar para resolver a superpopulação deste, pois, entre 1848-1854, os indígenas remanescentes no campo da Guarita foram transferidos para lá. Os conflitos entre os índios, especialmente entre suas lideranças, aumentam significativamente, afinal grupos muito diversos dividiam o mesmo espaço, o que fez com que os moradores abandonassem o aldeamento. Nonoai, então, “contava com a presença de mais de 800 Kaingangs vindos das vizinhanças de Passo Fundo” (RAMOS, 2006: 41).

A saída dos aldeamentos implicava na “invasão” de espaços já ocupados, na maioria das vezes pelos imigrantes. O índio passa de dono da terra a invasor. Os Kaingang tornam-se uma ameaça que passa a ser combatida duramente pelo governo provincial. Criam-se, então, as “Companhias de pedestres”, que têm a função de “dominar” os índios “bravios” e encaminhá-los aos aldeamentos. “Com o fim de garantir essa segurança aos invasores, foi criada uma Companhia de Pedestres (hierarquia militar) em 1847, em Nonoai, sob o comando do capitão Marcelino Carmo, com o objetivo de reter os indígenas no aldeamento único” (RAMOS, 2006: 41). A estratégia nem sempre foi eficaz. Porém, na maioria das vezes as terras já estavam nas mãos dos colonos. Os colonos, por sua vez, foram armados pelo governo preparados para o enfrentamento. Os conflitos aconteciam por inúmeras motivações. Em Becker (1976: 59) encontramos que:

*O Kaingang despojado de suas terras ataca, tanto pelo inconformismo ante essa situação, como pela carência alimentar a que se vê reduzido, ou, ainda, por desejar aquilo que a civilização traz ao seu conhecimento, mas que não coloca ao seu alcance. Não é também uma simples atitude de cobiça que o faz agir nessa situação, mas sim, a satisfação de necessidades bem primárias. (BECKER, 1976: 59)*

O projeto de aldeamento único em Nonoai foi uma alternativa para o problema das terras indígenas, para que elas pudessem ser incluídas nas condições da Lei de Terras de 1850. Passando a ser consideradas devolutas, poderiam ser legalmente entregues aos imigrantes. Limitar a área de ocupação indígena, além de uma forma de controlar os índios, era também uma maneira da Província economizar gastos na manutenção dos aldeamentos. Outro bom motivo para a sua criação era o medo que os colonos nutriam em relação aos nativos. Os ataques que estes protagonizavam, mesmo que esporádicos, eram o pretexto para a perseguição e morte e também para o armamento dos colonos.

Devido à impossibilidade de manter os indígenas em um único aldeamento, outros são inaugurados em momentos posteriores. Este é o caso da “Terra indígena do Guarita”.

#### A TERRA ÍNDIGENA DO GUARITA

As primeiras referências à Guarita, que ora aparece como aldeamento, ora como toldo de índios, surgem em 1848. Este foi um dos três aldeamentos estabelecidos pelo governo provincial, juntamente com Nonoai e Campo do Meio. Segundo Becker “Guarita já consta como tribo existente no município de Cruz Alta. Abrigava vários toldos de índios, tendo como *Paibeni*, ou ‘Grande Chefe’, ao já idoso Fongue” (1976: 48). Esse mesmo grupo, depois de aldeado oficialmente na Guarita, não perdeu as características tradicionais do povo kaingang de mobilidade pelos territórios mais favoráveis para prover-se dos recursos necessários para a manutenção da vida (material e simbólica). Assim, ele acaba abandonando o campo do Guarita e iniciando outro toldo em nas proximidades, o Inhacorá que, como vimos, mais tarde vai chegar a formar outro aldeamento oficial da província.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>“... o território ocupado por esses índios no século XIX funcionava não somente como um espaço para a busca da caça, da pesca, da coleta de pinhão e demais recurso, mas também como uma realidade construída para que seu sistema de crenças e de conhecimentos pudesse ser intensamente vivido” (LAROQUE, 2009. In: GOLIN; BOEIRA, 2009: 81).

*Convém atentar aqui, novamente, para as possíveis mudanças de comportamento, características e identidades, muitas vezes dadas pelos colonizadores, porém assumidas pelos grupos indígenas, conforme as circunstâncias históricas e por forte influência do contato com os estrangeiros. Se para alguns grupos indígenas, a sobrevivência estava na aliança com os europeus, para outros ela podia estar no enfrentamento e na construção de uma imagem terrificante que tinha o efeito de despertar o medo nos inimigos e mantê-los distantes, pelo menos por um certo tempo (ALMEIDA, 2003: 59).*

A Terra Indígena do Guarita era coordenada por praças e padres deslocados de suas tarefas em Cruz Alta para prestarem serviço nos aldeamentos de Guarita e em Nonoai. Inicialmente Nonoai recebeu um destaque maior. A maioria dos grupos indígenas foi encaminhada para lá, pelo simples fato de que gerava transtorno e era dispendioso aos cofres do governo manter uma estrutura com praças e pessoal deslocado para atender as necessidades de diversos aldeamentos. Ainda assim, a concentração de inúmeros indivíduos em Nonoai também gerava inúmeros transtornos.

*Num primeiro momento, quando se faz necessário a saída do índio das matas, a fim de liberá-las para a colonização, foram empregados métodos do tipo: dar-lhes o necessário para a sua sobrevivência, como comida, presentes, roupas. Logo percebe-se ao longo da documentação, reclamações do tipo que faz o Presidente da Província em seu relatório em 1849, “quem quer comer deve trabalhar” (Relatório, p.7). No momento em que as reivindicações dos índios não eram atendidas, esses saíam dos aldeamentos e muitas vezes invadiam as roças dos colonos em busca de alimentos (NONNENMACHER, 2000: 19).*

A primeira fase do aldeamento do Guarita durou pouco. Como já era um acampamento indígena estabelecido e contatado pelo governo, portanto, um toldo, a fixação dos indígenas neste assentamento foi facilitada. O aldeamento foi oficializado por volta de 1848, mas logo em 1849 já demonstrava indícios de decréscimo populacional. Para os índios, o fácil deslocamento para outros territórios era fator de atração e, conseqüentemente, de desagregação. Havia terras “desocupadas” nas quais eles podiam deambular.

Muitos índios foram sendo gradativamente transferidos para Nonoai, que em princípio seria o único aldeamento oficial da província. Em 1854 já não havia nenhum índio instalado no que era chamado de Campo do Guarita. Além daqueles que foram transferidos, outros se mudaram espontaneamente para o Inhacorá. Segundo Becker



(1976: 49), “nos anos seguintes a 1848-1849, Guarita começa a decair em virtude da centralização indígena para Nonoai, de sorte que, já em 1854, toda a sua população se havia transferido para esse aldeamento”.

O fato de Guarita ter sido desativado e reativado mais de uma vez, reflete, sem dúvida, a situação do índio para o governo provincial. Ao criar o “Regulamento acerca das missões e catequese dos índios”, o Império transferiu suas responsabilidades para as províncias, onerando os cofres dos governos provinciais que passavam a ter uma dupla responsabilidade: sobre os imigrantes e sobre os nativos. Os aldeamentos geravam despesas de manutenção de pessoal, de suprimentos e dos mais diversos gêneros. O Estado passa a ser o provedor das necessidades dos grupos aldeados. Mesmo que em 1854 não houvesse mais índios vivendo continuamente naquele espaço, isto não significa que tivessem deixado de habitá-lo. Na verdade os caciques costumavam migrar com seu grupo para lugares que apresentassem melhores condições de vida para eles.

Posteriormente, aproximadamente no ano de 1880, Guarita foi reativada como aldeamento oficial. O toldo ali existente contava então com cerca de cento e dez índios kaingang. Logo esse grupo também se transferiu temporariamente para outro local, abandonando-o, havendo então, mais uma vez, o descredenciamento como aldeamento oficial da província. Ainda assim, vale ressaltar que havia toldos indígenas que eram considerados pelo Estado como compostos por índios já contatados e que, por uma ou outra razão, não se caracterizavam como aldeamentos oficiais. Muitos desses toldos de índios considerados contatados, também eram atendidos pelo governo provincial com o fornecimento de mantimentos, uma vez que se encontravam em áreas já bastante afetadas pela colonização e, por isso, faltava-lhes o básico para subsistência.

Com a República foi extinto o “Regulamento acerca da catequese e Missões de índios” mas o novo texto constitucional não tratou da questão indígena, o mesmo ocorrendo na Constituição do RS. Enquanto isso as terras indígenas, tradicionalmente ocupadas, ou reservadas para eles continuavam a correr perigo.

As “Terras indígenas”, não foram mencionadas nem mesmo na Lei de Terras de 1850. Porém o direito a posse dos indígenas não foi negado, apenas não foi modificado o panorama já existente. As terras consideradas originárias para os indígenas continuaram sendo tidas como posse indígena, mesmo não havendo regulamentação específica para isso. O governo só encontrou métodos eficazes de tirá-los por “vontade própria” desses locais e encaminhá-los a outros espaços previamente reservados para a ocupação indígena. Entenda-se por “vontade própria”, a proximidade com o branco europeu que, na maioria das vezes, ocupava todos os espaços disponíveis no entorno das aldeias, obrigando os nativos a abandoná-los em busca de outros espaços.

A violência empregada pelos colonos com relação às populações indígenas os obrigava a permanecer nos aldeamentos, como no caso de Nonoai, para que estivessem de certa forma “protegidos pelo Estado”. No final do século XIX, praticamente todos os grupos indígenas da região estavam aldeados, ou sob a tutela governamental.

O campo Guarita foi reconhecido como Terra Indígena, de fato, somente no início do século XX. Em 1908 o Governo do Estado<sup>4</sup> começou a demarcar as áreas indígenas existentes, embora essa demarcação não garantisse a posse legal para os índios. A região do Guarita foi demarcada como área de ocupação tradicional, ou muito antiga e, portanto, denominada Terra Indígena.

Em nível federal, devido aos problemas que se acumulam dado o avanço da ocupação branca sobre as terras indígenas, especialmente nos sertões, e as pressões políticas ocorridas entre 1908-1910<sup>5</sup>, o poder público cria uma instância de intervenção oficial, um “serviço” de atenção ao índio, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

---

<sup>4</sup>A manutenção do poder dentro do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) vai imprimir uma dinâmica única na política exercida pelos seus dois principais expoentes, Julio de Castilhos e Borges de Medeiros,. O positivismo determina as variações políticas rio-grandenses, reforçando a autoridade dos governantes (BOEIRA, 1980).

<sup>5</sup>A história oficial do nascimento do SPILTN, segundo LIMA, 1992. (in: CUNHA, 1922: 156) acontece após uma série de debates públicos de grandes proporções, ocorrido ente 1908-10, acerca do tema do extermínio indígena. Sua criação fica estabelecida pelo Decreto 8072 de 20 de junho 1910, como um Departamento vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, mas só foi instalado oficialmente em 07/09/1910, e já em 1911 vai sofrer um processo interno de reformulação.

No Rio Grande do Sul, em 1908, portanto antes mesmo da criação do SPI, surge a Diretoria de Terras e Colonização, que vai ter como um de seus propósitos a demarcação das áreas indígenas no Estado. A Diretoria procurava demarcar as áreas partindo das comissões espalhadas pelas mais diversas regiões do Estado, com destaque para a região norte, onde se encontrava o maior número de indígenas. O governo estadual era o responsável pela disponibilização de verbas para esse fim. Seu principal objetivo era o de manter o controle sobre as demarcações de terras, para que o Governo Federal não tomasse a dianteira com as ações do recém instituído SPILT. Este cuidado será especialmente tomado no governo de Borges de Medeiros, responsável, inclusive, pela demarcação das terras (RODRIGUES, 2007: 27/28).

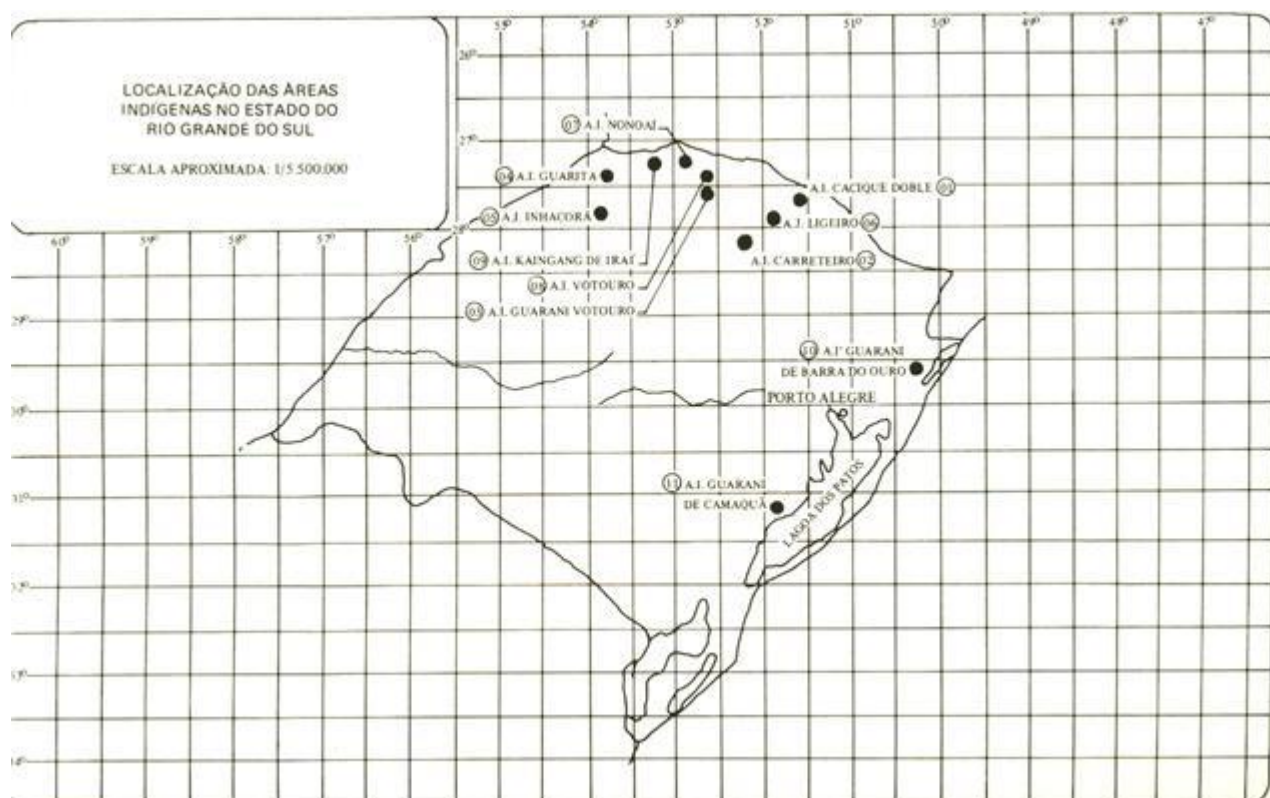
A Terra Indígena do Guarita, já dentro desse processo de demarcações iniciadas pelo governo estadual, tem sua área total oficializada em 1917. Ela foi realizada pela Diretoria de Terras e Colonização de acordo com as orientações do SPI, mas somente em 1918 vai aparecer oficialmente nos relatórios, contando com uma área oficial de 23.183 hectares. Neste mesmo ano tinha, oficialmente, uma população de 200 indivíduos apenas. Somente em 1941<sup>6</sup> o SPI instalou um posto oficial na Guarita, portanto vinte e quatro anos após a oficialização da Terra.

A demarcação da área foi um marco muito importante para os índios que habitavam aquele espaço e que viam suas terras cada vez mais ameaçadas pelas invasões dos colonos. Afinal, essa região, durante os primeiros anos do século XX, tornara-se um foco ainda mais intenso de atração para a imigração. E a terra, que sempre foi um mote de conflito, vai se transformar no principal motivador para episódios violentos, envolvendo a população local, os índios, os caudilhos e os imigrantes que vinham tomando as áreas dos chamados posseiros.

---

<sup>6</sup>Percebe-se a sobreposição de papéis em que se encontrava o SPILT, desde a sua fundação. Sendo vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no princípio logo perde a responsabilidade pela localização de Trabalhadores nacionais. Mas vale ressaltar que durante toda a sua trajetória nunca perdeu a intenção de transformar os indígenas em produtores rurais auto-sustentáveis.

As políticas de aldeamento indígena continuam oscilando durante o século XX. Em 1940, mas principalmente a partir de 1961, durante o governo de Leonel Brizola<sup>7</sup>, o governo do Estado propôs reformas agrárias, através de uma política “anti-indígena”. Estas reformas retirariam partes das Reservas e destinariam as mesmas aos colonos. Foi o que aconteceu no caso de Nonoai, que perdeu muitos de seus hectares, enquanto que Reservas como Serrinha e Monte Caseros foram extintas e seus habitantes realocados em outras áreas<sup>8</sup>.



**Ilustração 1: Mapa com todas Terras Indígenas já demarcadas no Rio Grande do Sul.**

Fonte: WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. A guerra dos Bugres. Porto Alegre: Tchê, 1986.

Atualmente a Terra Indígena do Guarita localiza-se entre a área de três municípios: Redentora, Tenente Portela e Erval Seco. Além disso, ainda encontramos a cidade de Miraguá nos limites da Terra, a qual possui uma forte relação com a população que habita a Reserva. O tipo de sociedade que se forma nos limites da Terra

<sup>7</sup>“No Rio Grande do Sul, o Governador tratou os indígenas como empecilho ao desenvolvimento agrícola. Criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), em 1961(Decreto n.12912) (Rio. Instituto, 1961, apud SILVA, 1989), que se tornou um *guarda-chuva* para a expropriação dos toldos indígenas” (SIMONIAN, 2009. In: GOLIN; BOEIRA, 2009; 471).

<sup>8</sup> Na imagem 1, a seguir, estão assinalas as atuais áreas indígenas, demarcadas no Estado.

Indígena vai ser de suma importância para a compreensão do seu desenvolvimento social e econômico. Compõe-se de aproximadamente sete mil indivíduos, das etnias Kaingang e Guarani e estrutura-se em 12 setores (aldeias), sendo 11 Kaingang: Pedra Lisa, Três Soitas e KM 10, que se localizam dentro dos limites do município de Tenente Portela, e Missão, Estiva, São João do Irapuá, Bananeira, Pau Escrito, Mato Queimado e Katiú Gria que pertencem ao município de Redentora. Há um único setor guarani: a aldeia de Gengiva que se localiza no município de Erval Seco.

Além disso, suas terras fazem fronteira com o Município de Miraguaí, onde a população da Reserva circula com intensidade, estabelecendo relações das mais diversas com a população não índia. é importante perceber que é neste espaço, nesta zona de contato ou de fronteira<sup>9</sup> podemos identificar as transgressões que podem ser no aspecto geográfico, étnico, social, econômico, etc, e que ocorrem desde o princípio dos contatos entre os índios e os não-índios<sup>10</sup> que habitam a região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as províncias cujas políticas foram menos agressivas em relação aos indígenas (relativamente ao que ocorria em outras partes), temos o Rio Grande do Sul, que procurou adotar medidas de aldeamento e tutela dos nativos. Nesse sentido o a província destacou-se das demais por propor, precocemente em relação as demais, que os aldeamentos poderia “transformar” os índios. Mais tarde, ao criar, em 1908, uma Diretoria de Terras, que seria responsável por demarcar os territórios indígenas. Antecipou-se ao Governo Federal uma vez que o SPI lhe será posterior.

---

<sup>9</sup>“Em primeiro lugar, fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são freqüentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados”. (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998: 188)

<sup>10</sup>Segundo Hartog (1999: 97) “A questão da alteridade levanta a da fronteira: onde passa a cesura entre o mesmo e o outro?”. Ou seja, até onde as relações podem ir antes de transformarem-se em conflitos violentos, ocasionados pela não-aceitação do outro, ou até mesmo pela negação do outro.

Dentro das demarcações realizadas pela Diretoria de Terras, com o auxílio do SPI, está a Terra Indígena do Guarita, uma região com histórico de ocupação indígena bastante antigo. A Guarita é uma área com aproximadamente 23.400 hectares de terras localizada na região do Alto Uruguai, no norte do Estado, num território que no século anterior estava quase totalmente dominado por populações indígenas e que passou por um processo intenso de ocupação derivado da imigração européia.

Como mencionamos no início deste trabalho, nosso objetivo era investigar a formação da Terra Indígena do Guarita, observando as questões sócio-políticas que envolveram, direta ou indiretamente esse processo. A partir daí, como proposta de investigação, estamos centrando nosso interesse no estudo da violência que permeia, com muita frequência, as relações que se estabelecem entre os indígenas da Reserva e a população das cidades vizinhas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: Identidades e culturas nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio kaingang e a colonização alemã**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1976.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. – v.2 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v.3 t.1- (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. – v.5 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

CORREA, Darcísio (Org.). **Cidadania, Biodiversidade e Identidade Cultural na Reserva Indígena do Guarita**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Mabilde e seus “apontamentos” sobre os coroados selvagens.** Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Wilmar.pdf>> – acessado em 10/09/2009

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro.** Trad. Jacyntho Lins Brandão – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LAROQUE, Luis Fernando da Silva. Os Kaingangues: momentos de historicidades indígenas. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Povos Indígenas.** Passo Fundo: Méritos, 2009. – v.5 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

LEAL, Elisabete. **O lugar dos positivistas ortodoxos nos debates raciais dos oitocentos e a defesa da “raça brasileira unificada”.** Texto preparado para ser apresentado na BRASA – Vanderbilt – EUA – 13 a 16/10/2006. Disponível em: <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/h8wreg/Program%20BRASA%20VIII.doc>> – acessado em: 20/09/2009.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. **Tese de Livre docência** – IFCH/UNICAMP, 2001. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>> - acessado em 10/01/2009

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita Terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GURPIONI, Luis Donizete Benzi (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 2004.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** Seguido de grupos étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas.** São Paulo: Ática, 1986.

RAMOS, Antonio Dari. **Diálogos Interculturais: identidades indígenas na escola não indígena**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006

RODRIGUES, Cintia Régia. **A Federação e o Correio do Povo: os indígenas na mídia impressa**. In: 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005, Novo Hamburgo/RS. 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005.

RODRIGUES, Cíntia Régia. As populações nativas sob a luz da modernidade: a proteção fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928). 2007. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, [2007]. Disponível em: <[http://bdtd.unisinos.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=471](http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=471)> - acessado em: 02/01/2009

WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. **A guerra dos bugres**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.